

## ***O Modelo Empresarial Brasileiro***

*Sérgio de Oliveira Birchal, Professor Adjunto Depto. Engenharia de Produção, UFMG*

### **Introdução**

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tem sido objeto de acalorada discussão. Ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX foi forjado um padrão de desenvolvimento baseado no modelo primário-exportador, baseado em uns poucos produtos de exportação. Nas primeiras décadas do século XX, com a emergência de uma indústria nacional, tem início o projeto nacionalista de desenvolvimento por substituição de importações. Nas décadas de 1960 e 1970, este modelo ganha novos contornos e a industrialização no Brasil durante este período foi o resultado de uma cooperação complexa entre os capitais estrangeiro, estatal e privado nacional, chamada de “a tríplice aliança”. Os diferentes parceiros participaram desta associação com forças competitivas diferentes, cada um controlando setores diferentes (Evans, 1979). Enquanto as empresas privadas brasileiras prevaleceram nas indústrias mais leves, mais intensivas em mão-de-obra e menos dinâmicas, as empresas estrangeiras dominaram os setores mais dinâmicos e mais intensivos em capital e as empresas estatais dominaram as indústrias mais pesadas, os serviços públicos e a infra-estrutura. No início da década de 1970, esta especialização setorial entre os diferentes capitais deu origem a um debate acerca da desnacionalização da indústria brasileira. Na década de 1990, com a privatização das empresas estatais e a globalização da economia brasileira, este debate ganha nova relevância. Assim sendo, este trabalho objetiva investigar o perfil de evolução do tripé empresarial no Brasil desde meados da década de 1970 até o fim da década de 1990.

O trabalho está organizado em duas partes. Na primeira, discutiremos o surgimento e o desenvolvimento do tripé empresarial no Brasil até meados da década de 1970. Na segunda parte, analisaremos a evolução do tripé no período 1973-1998.

### **O surgimento do tripé empresarial**

As primeiras empresas de grande escala no Brasil eram predominantemente de propriedade nacional. Nas primeiras etapas do desenvolvimento da indústria brasileira o capital estrangeiro não se destacou muito. Foi somente durante e depois da Primeira Guerra Mundial que as empresas industriais estrangeiras começaram realmente a aparecer. Nos setores industriais considerados como o ponto de partida dos maiores grupos nacionais (tecidos e, em menor medida, a manufatura de produtos alimentícios, principalmente, farinha, açúcar e cerveja) os maiores grupos estrangeiros não desempenharam quase que nenhum papel no início da história da indústria.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, as bases de uma economia industrial haviam sido criadas no Brasil e, de uma maneira geral, os grandes grupos estrangeiros que ingressaram no Brasil por essa época não se interessaram por têxteis ou alimentos.

Ao final da Primeira Grande Guerra, os grupos nacionais dedicados aos setores de alimentos e têxteis já não formavam a ponta de lança da industrialização no país. Os grupos recém-formados eram mais provavelmente estrangeiros e quase certamente dedicados a outras indústrias. Essas tendências se acentuaram depois de 1930. A entrada de grupos estrangeiros, porém, continuou a se processar.

Os grandes grupos empresariais formados depois da Segunda Guerra Mundial eram quase que exclusivamente estrangeiros e a indústria automobilística representou para os grupos estrangeiros o que a indústria têxtil e alimentícia havia representado para as empresas nacionais antes da Primeira Guerra Mundial (Evans, 1980:99-104).

De acordo com Evans:

*À medida que novas indústrias desempenhavam um papel central no crescimento industrial brasileiro, os grupos estrangeiros adquiriram destaque e começavam a assumir o papel “pioneiro” que haviam evitado na fase inicial antes*

*da Primeira Guerra Mundial. As firmas estrangeiras podem ser creditadas por terem introduzido a fabricação local não apenas de carros e pneus, mas também de geladeiras, locomotivas, rádios e máquinas de lavar. O crescimento do capital industrial estrangeiro foi um reflexo do aparecimento de novas indústrias nas quais o capital nacional não estava preparado para competir (1980: 104).*

À medida que empresas estrangeiras penetravam em várias indústrias novas nas décadas de 30 e 40, alguns grupos nacionais começaram a diversificar suas atividades, competindo - em certos casos, como o alumínio e o aço, por exemplo – diretamente com elas. À medida que os brasileiros entravam em indústrias onde competiam com estrangeiros, a penetração estrangeira nas indústrias tradicionais também aumentava. Em alguns casos, o resultado foi o deslocamento do capital nacional pelo capital estrangeiro, como no caso da indústria de vidros, aonde a imposição de tarifas protecionistas durante a Segunda Guerra Mundial aumentou o interesse estrangeiro pela indústria e resultou na desnacionalização e no afastamento de grupos nacionais pelos grupos estrangeiros.

As empresas nacionais foram pioneiras na expansão de algumas indústrias e continuaram a dominá-las na década de 1970; outras indústrias foram criadas por grupos estrangeiros e o capital nacional nunca conseguiu penetrar nesses setores. Mas o capital nacional e o estrangeiro trabalharam em conjunto em várias indústrias. Em algumas delas, o capital nacional foi afastado, em outras sobreviveu (Evans, 1980:104-105).

Até o final da década de 60 e início da seguinte, o capital estrangeiro predominava em quatro indústrias: equipamentos de transporte, produtos de borracha, produtos farmacêuticos e fumo. Em outras seis indústrias predominava o capital nacional (produtos de couro, indústria tipográfica e editorial, roupas e sapatos, produtos de madeira, produtos de papel e não-metálicos). Em três indústrias o capital nacional representava a maioria das

vendas e bens entre as maiores firmas da indústria, mas o capital estrangeiro também tinha um papel importante: alimentos e bebidas, têxteis e fabricação metálica. Finalmente, há três indústrias nas quais o capital estrangeiro predominava, mas o capital nacional tinha um papel significativo: produtos químicos, maquinaria e máquinas elétricas (Evans, 1980: 106).

A diferenciação entre empresas brasileiras privadas e estrangeiras proporcionava uma oportunidade ao capital nacional, porém uma oportunidade que não se ampliava. Os setores nos quais o capital nacional predominava estavam diminuindo em relação à totalidade do estabelecimento industrial, enquanto a maior parte das indústrias de rápido crescimento eram controladas pelo capital estrangeiro. Havia somente dois setores industriais de rápido crescimento dominados pelo capital nacional: produtos de papel e fabricação metálica. Na última, a parcela nacional da indústria era constituída, principalmente, de empresas estatais que dominavam a indústria siderúrgica.

Os setores dominados pelo capital nacional eram menos concentrados, menos intensivos em capital, caracterizados por fábricas pequenas e onde a tecnologia era relativamente pouco importante. A única indústria controlada nacionalmente que estava acima da média em mais da metade dessas medidas era, ainda uma vez, a indústria de fabricação metálica dominada pelo Estado.

Os setores dominados pelas empresas estrangeiras eram, pelo contrário, aqueles nos quais haviam altas barreiras à entrada e, conseqüentemente, que geravam altos lucros para os que neles operavam, como, por exemplo, o setor de equipamento de transporte, aonde produção em larga escala, uso intensivo de capital e lucros elevados são uma exigência. Até mesmo o fumo, que a princípio não parece haver grandes barreiras à entrada de novos competidores, tais como, volume de capital ou complexidade tecnológica, é um setor no qual a diferenciação dos produtos baseada em publicidade em

grande escala assegura proteção contra as pressões competitivas que poderiam reduzir os lucros (Evans, 1980: 106-110).

De acordo com Evans, o resultado inevitável da evolução da estrutura empresarial no Brasil era a desnacionalização. *“À medida que a indústria se aproximava de uma produção de capital mais intensivo, de base tecnológica, a diferenciação do capital deixava o capital nacional mais marginalizado”* (Evans, 1980: 111).

No final da década de 60, apesar do esforço do governo Castello Branco de diminuir a presença do setor estatal na economia, as empresas estatais, criadas duas décadas antes, chegavam à maturidade, consolidando suas posições em várias indústrias de base. A maior presença das empresas estatais na economia se coadunava com a estratégia geral dos militares de aumentar a centralização política e econômica. Assim sendo, ao longo do regime militar, o número de empresas estatais cresceu mais rapidamente do que em qualquer outro período. Em meados da década de 1970, a maioria das empresas estatais não havia sido herdada de períodos anteriores, mas criada pelos sucessivos governos militares. Algumas dessas empresas foram estabelecidas pelas mesmas razões que haviam levado os militares a apoiar a criação da CSN e da Petrobrás (Evans, 1980:191-192). Como observa Evans:

*“Nenhuma firma particular teria pensado em produzir aviões leves, de planejamento nacional, no Brasil. Os lucros potenciais não eram proporcionais aos riscos. Mas a lógica dos militares foi além dos lucros e perdas. Acharam que a segurança nacional exigia uma capacidade nacional de produzir aviões, e portanto a Embraer, uma empresa estatal, foi criada para proporcionar ao Brasil a capacidade de produzir aviões. Outras empresas estatais foram criadas por motivos semelhantes aos que haviam levado o Estado à produção de eletricidade. Para permitir às companhias privadas o lucro que elas consideravam como*

*adequados, teria sido necessário levantar os controles de preços sobre as comunicações telefônicas. Sem maiores lucros, as firmas privadas não se dispunham a investir. O resultado foi a Embratel e Telebrás, duas companhias de holding, de propriedade do Estado, em telecomunicações. Essas companhias foram uma resposta às dificuldades de fazer com que o setor privado investisse em áreas nas quais os preços e lucros eram mantidos baixos, para estimular outros investidores. Também refletem o desejo dos militares de centralizar o controle sobre o crescente número de empresas estatais, criando companhias de holding. Siderbrás, na indústria do aço, é o outro exemplo dessa tendência” (Bacha, 1976:31, In: Evans, 1980: 193).*

O crescimento das empresas estatais criou uma situação na qual o Estado representava a maioria (60%) dos investimentos fixos no Brasil em 1969 (Baer *et al.*, 1973:30, In Evans, 1980:194). Também deu origem a um padrão de diferenciação entre o capital estatal e o privado que complementava o padrão de diferenciação do capital estrangeiro e nacional.

Apesar da expansão das empresas estatais, o Estado ainda estava ausente da maioria dos setores industriais no fim do surto de prosperidade. O capital estatal dominava os setores de infra-estrutura tradicional e matérias-primas. O Estado também tinha participação expressiva na produção de produtos intermediários, tais como o aço e os produtos petroquímicos básicos, insumos para outros setores industriais. Além disso, a grande participação do Estado no setor financeiro atribuiu-lhe um papel relevante no fornecimento de um outro “insumo” ou serviço para o setor de manufatura. A divisão do trabalho entre o capital estatal e privado era melhor delineada do que a divisão entre capital estrangeiro e capital local. As áreas de coincidência, e portanto de competição potencial, eram poucas.

Assim sendo, durante o período do “milagre” brasileiro, o influxo do capital estrangeiro era mais do que compensado pelo crescimento das empresas estatais e a expansão do capital estatal representava uma modificação no que se relacionava à “desnacionalização” das empresas brasileiras. A participação do capital nacional (tanto estatal quanto do privado), em fins da década de 1960 e princípios da década de 1970, entre as 300 maiores firmas industriais aumentou, em lugar de cair. Assim sendo, não houve desnacionalização.

O aumento da participação do capital estatal, porém não apaga o declínio relativo do capital privado nacional, pois não há evidências de que ele houvesse se beneficiado com a expansão do setor estatal. O crescimento das empresas estatais nos setores de aço e produtos químicos, por exemplo, foi acompanhado pela diminuição da participação do capital nacional em relação ao capital estrangeiro. A maior parcela do capital estatal parece ter sido obtida não às expensas do capital estrangeiro, mas sim do capital nacional privado. Se o crescimento da empresa estatal parece ter protegido a parcela geral brasileira da indústria, não se pode dizer que tenha protegido a parcela do empresário privado nacional (Evans, 1980:194-198).

Portanto, até meados da década de 70 não haviam elementos que nos permitisse afirmar que ocorrera uma “desnacionalização” das empresas brasileiras. A análise do período que vai de meados da década de 1970 até final da década de 1990, entretanto, aponta para uma tendência oposta. Assim sendo, na parte seguinte iremos analisar a evolução dos capitais estatal, estrangeiro e nacional privado no “tripé” empresarial nas últimas duas décadas e meia.

### **O tripé nos anos 70, 80 e 90**

Nesta parte, iremos analisar a participação das empresas estatais, estrangeiras e nacionais de capital privado nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, no período 1973-1998. A análise mostra que ao longo das décadas de 70 e 80 a parcela do capital nacional (tanto estatal quanto privado) superou a parcela do capital estrangeiro, mas que na década de 90 esta tendência vem sendo revertida com o avanço da internacionalização da economia brasileira e a privatização das empresas do setor estatal.

No que tange à participação do capital estatal nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, podemos identificar dois períodos distintos. No primeiro período, que vai de 1973 a 1981, o crescimento destas empresas é inequívoco. A sua participação nas vendas saltou de 20,5% em 1973 para 33,6% em 1983. No segundo período, que vai de 1982 em diante, o movimento é inverso. Durante a maior parte destes anos a participação das empresas estatais foi decrescente, reduzindo a sua participação relativa nas vendas de 33%, no ano de 1982, para 17,1%, em 1998, como mostra a Tabela 1.

O aumento da participação das empresas estatais nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras durante o primeiro período (1973 a 1981) parece refletir a manutenção e o aprofundamento do projeto nacionalista implantado pelo regime militar de centralização do poder político e econômico nas mãos do Estado. Parece refletir também a opção assumida pelo governo Geisel de manutenção das altas de crescimento da economia brasileira, apesar do choque do petróleo e da recessão mundial, com a introdução do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II). O principal objetivo deste plano era aprofundar o processo de substituição de importações, tornando a economia brasileira mais auto-suficiente (Baer, 1995:105-106).



**Tabela 1 - Entre as 500 maiores por participação das vendas das estatais, estrangeiras e nacionais privadas, em %, 1973-1998.**

<b>Ano</b>	<b>Estrangeiras</b>	<b>Nacionais</b>	<b>Estatais</b>
1998	43,5	39,4	17,1
1997	36,3	40,4	23,3
1996	34,1	42,1	23,8
1995	33,3	43,6	23,1
1994	32,0	44,0	24,0
1993	35,0	40,2	24,8
1992	31,3	41,7	27,0
1991	31,0	42,4	26,6
1990	31,0	42,7	26,2
1989	30,8	44,0	25,2
1988	31,6	42,4	26,0
1987	30,7	41,0	28,3
1986	28,7	42,4	28,9
1985	28,5	40,7	30,8
1984	27,2	39,9	32,9
1983	29,7	39,1	31,2
1982	30,9	36,1	33,0
1981	31,2	35,2	33,6
1980	32,5	35,9	31,6
1979	34,5	34,2	31,3
1978	35,4	34,9	29,7
1977	38,5	36,1	25,3
1976	40,8	34,6	24,6
1975	41,8	34,8	23,4
1974	39,3	38,5	22,2
1973	39,0	40,5	20,5

Fonte: Exame Melhores e Maiores, Agosto de 1994, p. 46; Exame Melhores e Maiores, Junho de 1999, p. 75; Exame Melhores e Maiores, Julho de 1998, p. 28.

O aumento da participação do capital estatal corrobora a tese de que não houve desnacionalização das empresas brasileiras durante este período e que, pelo menos nos anos de 1973 a 1975, o crescimento da participação das empresas estatais se deu às expensas das empresas nacionais de capital privado. É importante ressaltar, também, que o crescimento da participação do capital estatal também não alterou o papel complementar das empresas estatais dentro da “tríplice aliança”, com as empresas estatais se especializando no fornecimento de insumos (matérias-primas, infra-estrutura e serviços financeiros) necessários ao processo de acumulação nos demais setores econômicos.

O excessivo endividamento externo – causado, principalmente, pelo financiamento no exterior do PND II, o segundo choque do petróleo em 1979 e agravado pelo espetacular aumento das taxas de juros internacionais no final da década de 1970 (Baer, 1995:106-111) – tem como resultado o comprometimento, a partir de então, da capacidade de investimento do Estado brasileiro. O resultado desta diminuição da capacidade de investimento do Estado é a redução da participação do capital estatal observada no segundo período (1982 a 1998). Porém, se no período de 1982 a 1989 a redução da participação das empresas estatais no grupo das maiores empresas brasileiras por vendas se deve basicamente à crise da dívida externa e à consequente diminuição da capacidade de investimento do Estado, no início da década de 1990, a diminuição da participação do capital estatal se deve também a outros fatores, tais como: a internacionalização da economia brasileira e o programa de privatização de vários setores econômicos. Porém, é interessante notar que a redução do papel do setor estatal no universo empresarial brasileiro vai ser acompanhada pelo aumento da participação das empresas nacionais de capital privado até o início do Plano Real. O aumento da participação das empresas nacionais no período 1980 a 1994 tem como efeito a manutenção da participação relativa da porção nacional na lista das maiores empresas brasileiras. Isto nos leva a concluir que dificilmente podemos falar que as empresas brasileiras passavam por uma forte desnacionalização neste período.

Finalmente, é importante observar que ao longo de todo o período (1973-1998) as empresas estatais predominaram nos setores responsáveis por insumos básicos da economia, mantendo assim o seu caráter complementar aos demais participantes do tripé empresarial no país. Porém, à medida em que caminhamos para o final da década de 1990, a rápida saída do capital estatal, mesmo nestes setores, aponta para o fim do modelo

empresarial de complementariedade entre os capitais estatal, nacional privado e estrangeiro, que caracterizou a economia brasileira nas últimas três décadas.

Em 1978, por exemplo, as empresas estatais detinham a maior participação nas vendas das 20 maiores empresas dos setores de serviços públicos, química e petroquímica, siderurgia, mineração e serviços de transporte. Como mostra a Tabela 2, o predomínio das empresas estatais nestes setores se manteve até 1983. A partir de 1985, o predomínio do setor de serviços de transporte passa para as mãos das empresas nacionais. Em 1992, a paulatina redução do setor estatal já pode ser sentida de forma mais contundente com a privatização da USIMINAS, da Acesita e CST, deixando o setor siderúrgico de ser predominantemente estatal, apesar das empresas estatais ainda deterem 37% das receitas das 20 maiores empresas do setor (Exame, 1993:43). No ano seguinte, os setores de siderurgia e fertilizantes haviam sido totalmente privatizados e as empresas estatais dominavam apenas os serviços públicos e os setores de química e petroquímica e mineração, com uma participação ainda expressiva (32%) nas vendas do setor de distribuição de petróleo (Exame, 1994:46). Em 1995, o capital estatal ainda dominava os setores de energia elétrica, telecomunicações, química e petroquímica e mineração, mas nos dois anos seguintes a privatização do setor de mineração está praticamente concluída (a participação do capital estatal se reduz a 3% em 1997) e as empresas estatais perdem espaço naqueles setores em que elas ainda predominavam (telecomunicações, serviços públicos e química e petroquímica) (Exame, 1998:13). Por fim, em 1998, o predomínio do capital estatal se restringe aos setores de serviços públicos e química e petroquímica, mas como uma participação decrescente (Exame, 1999:11).

O perfil da participação das empresas nacionais de capital privado nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras ao longo do período 1973-1998, é menos homogêneo do que aquele observado para as empresas estatais. De 1973 a 1976, a participação das

empresas nacionais diminuiu de 40,5% para 34,6%, como mostra a Tabela 1. Como já foi observado acima, as empresas brasileiras perdiam, então, espaço, principalmente, para as empresas estatais. Porém, a participação relativa das empresas nacionais durante esses anos foi acompanhada, também, do aumento da participação das empresas estrangeiras. No entanto, isso não foi o suficiente para alterar substancialmente a participação total do capital nacional (tanto privado quanto estatal) nas vendas das maiores empresas.

Na verdade, como mostra a Tabela 1, nos anos de 1977 a 1981, as empresas nacionais de capital privado conseguiram manter a sua participação relativa em torno de 35% das vendas das 500 maiores empresas no país. Além disto, durante estes anos, o crescimento do capital estatal parece estar mais relacionado à diminuição da participação das empresas estrangeiras. Ou seja, enquanto nos anos de 1973 a 1976 o crescimento das empresas estatais se deu às expensas da participação do capital nacional privado, nos anos de 1977 a 1981 esse mesmo crescimento se deu às expensas, principalmente, do capital estrangeiro. Portanto, se existe alguma polêmica acerca da desnacionalização ou não das empresas brasileiras nos primeiros anos da década de 1970, a partir de 1977 não há dúvidas de que o que ocorre é justamente o contrário.

É óbvio que esta análise não leva consideração questões fundamentais, tais como uma análise qualitativa mais aprofundada de quem dominava que setores. Isto é, qual o dinamismo e peso estratégico, em termos de desenvolvimento futuro, dos setores dominados pelos diferentes participantes (capital nacional privado, estrangeiro e estatal) na economia brasileira. Esta análise foge ao escopo deste trabalho, mas uma investigação superficial dos setores dominados pelos diferentes capitais nos leva a crer que as empresas estrangeiras continuavam a dominar os setores mais dinâmicos e lucrativos.

**Tabela 2 – Participação das empresas estrangeiras, nacionais privadas e estatais nas receitas das maiores por setor, 1973-1998.**

Setores	78	79	80	81	82	83	85	87	88	89
Agropecuária	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Alimentos	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Automobilístico	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Autopeças	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Bebidas e fumo	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Comércio atacadista	Estr	Estr	Nac	Estr	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Comércio varejista	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Comunicações	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Confecções	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Construção	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Distribuição de veículos	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Distribuição de petróleo	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Eletroeletrônica	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Energia Elétrica										
Farmacêutico	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Fertilizantes									Nac	Nac
Higiene e limpeza	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Hotelaria										
Informática/Mat de esc	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Madeira e móveis	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Máquinas e equipamentos	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Estr	Nac	Estr
Material de Transporte	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Nac	Estr	Estr
Metalurgia	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Mineração	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est
Minerais não-metálicos	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Papel e celulose	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Plásticos e borracha	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Publicidade	Nac	Nac								
Química e petroquímica	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est
Serviços públicos	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est
Serviços de Transporte	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Nac	Nac	Nac	Nac
Siderurgia	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est
Supermercados	Nac	Nac		Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Telecomunicações										
Têxtil	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac

Fonte: Exame Melhores e Maiores, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.

**Nac** empresas nacionais de capital privado

**Est** empresas estatais

**Estr** empresas estrangeiras

**Tabela 2 – Participação das empresas estrangeiras, nacionais privadas e estatais nas receitas das maiores por setor, 1973-1998 (continuação)**

Setores	90	91	92	93	94	95	96	97	98
Agropecuária	Nac	Nac	Nac	Nac					
Alimentos	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Estr	Estr	Estr
Automobilístico	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Autopeças	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Bebidas e fumo	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Nac	Nac	Nac
Comércio atacadista	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Comércio varejista	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Comunicações	Nac								
Confecções	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Construção	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Distribuição de veículos	Nac	Nac	Nac	Nac					
Distribuição de petróleo	Estr	Estr	Estr	Estr					
Eletrônica	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Estr
Energia Elétrica					Est	Est			
Farmacêutico	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Fertilizantes	Nac	Nac	Nac	Nac					
Higiene e limpeza	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Hotelaria	Nac	Nac	Nac	Nac					
Informática	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr
Madeira e móveis	Nac	Nac	Nac	Nac					
Máq. e equip./Mecânica	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Nac	Nac	Estr
Material de construção						Nac	Nac	Nac	Nac
Material de Transporte	Estr	Estr	Nac	Nac					
Metalurgia	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Mineração	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Nac	Nac	Nac
Minerais não-metálicos	Nac	Nac	Nac	Nac					
Papel e celulose	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Plásticos e borracha	Estr	Estr	Estr	Estr	Estr	Nac	Estr	Estr	Estr
Publicidade									
Química e petroquímica	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est	Est
Serviços									Nac
Serviços públicos	Est	Est	Est	Est			Est	Est	Est
Serviços de Transporte	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Siderurgia	Est	Est	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac
Supermercados	Nac	Nac	Nac	Nac					
Telecomunicações					Est	Est	Est	Est	Estr
Têxtil	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac	Nac

Fonte: Exame Melhores e Maiores, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.

Nac empresas nacionais de capital privado

Est empresas estatais

Estr empresas estrangeiras

A partir de 1982 até 1989, no período conhecido como a “década perdida”, o capital privado nacional aumentou substancialmente sua participação relativa nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, saltando de 36,1% em 1982 para 44% em 1989,

como mostra a Tabela 1. Nos anos de 1982, 1983 e 1984, este aumento da participação do capital nacional privado se deu, principalmente, através da ocupação dos espaços perdidos tanto pelo capital estatal quanto pelo estrangeiro. De 1985 a 1989, o crescimento do capital nacional parece estar fundamentalmente ligado à ocupação de espaços deixados pelo capital estatal.

De 1990 em diante, à exceção do ano de 1994, a parcela relativa do capital nacional privado passa a ser decrescente. Em 1990, 1991 e 1992, o capital privado nacional perde espaço principalmente para o capital estatal. Em 1993, e de 1995 em diante, a diminuição da participação das empresas nacionais se dá em função do aumento da participação do capital estrangeiro. Além disso, se levarmos em consideração de que nestes anos a participação do capital estatal é também decrescente, podemos concluir que as mudanças estruturais da economia brasileira nesta década apontam para uma crescente desnacionalização das maiores empresas brasileiras. Ou seja, o processo de internacionalização da economia brasileira se traduz, em termos da estrutura empresarial no país, do crescente predomínio do capital estrangeiro em vários setores até então dominados pelo capital nacional (privado ou estatal).

Neste sentido, a análise dos setores dominados pelo capital nacional ao longo destes 25 anos pode ser reveladora. Em 1978, o capital nacional dominava 14 setores: construção civil, comunicações, supermercados, madeira e móveis, confecções, distribuição de veículos, agropecuária, comércio varejista, construção pesada, publicidade, alimentos, metalurgia, papel e celulose e minerais não-metálicos. O capital nacional ainda detinha participação expressiva nos setores de comércio atacadista (41,4%), máquinas e equipamentos (41,5%), autopeças (45,2%) - dominados pelo capital estrangeiro - e serviços de transporte (49,6%) - dominado pelo capital estatal (Exame, 1979:125).

Um ano mais tarde, em 1979, o capital nacional continuava a dominar estes mesmos 14 setores, mas tinha uma participação expressiva apenas nos setores de máquinas e equipamentos (45,4%), material de transporte (40,6%) - dominados pelo capital estrangeiro - e serviços de transporte (49,8%) - dominado pelo capital estatal.

Dentre os setores dominados pelo capital estrangeiro naquele ano, o capital nacional havia perdido espaço nos setores de autopeças (de 45,2 para 38,4%), comércio atacadista (de 41,4 para 37,3%), farmacêutico (de 15,6 para 8,9%), higiene e limpeza (de 27,2 para 26%) e material de escritório (de 13,8% para 6,1%), mas ganhava espaço nos setores de eletroeletrônica (de 33,6 para 37,6%), têxtil (de 31,8 para 35,6%), bebidas e fumo (de 23,6 para 27,6%) e plásticos e borracha (de 21,5 para 27,5%). Dentre os setores dominados pelo capital estatal, em 1979, o capital nacional ganhava espaço nos setores de siderurgia (de 27,1 para 30,7%) e de mineração (de 29,5 para 31,1%) (Exame, 1980:143).

Em 1982, as empresas nacionais continuavam a dominar os mesmos setores que elas dominavam em 1978, acrescido do setor de comércio atacadista, até então dominado pelo capital estrangeiro. Elas também detinham uma expressiva participação nos setores de eletroeletrônica (48,4%), autopeças (42,4%), máquinas e equipamentos (39,5%) - dentre os dominados pelo capital estrangeiro - e serviços de transporte (46%) - dentre os dominados pelo o capital estatal (Exame, 1983:105).

Em 1983, o predomínio das empresas brasileiras de capital privado se estendia ao setor de eletroeletrônicos (com uma participação de 52,2%) e têxtil (68,4%), setores até então dominados pelas empresas estrangeiras instaladas no país. As empresas nacionais ainda detinham participação expressiva, e crescente, nos setores de material de transporte (44,1%), máquinas e equipamentos (44,5%), autopeças (39,2%) e bebidas e fumo (36,8%), dominados pelo capital estrangeiro, e serviços de transporte (49,9%), dominado pelo capital estrangeiro (Exame, 1984:121).



Dois anos mais tarde, paralelo ao crescimento de sua participação nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, o capital nacional privado passa a dominar também os setores de máquinas e equipamentos (51%), material de transporte (51,9%), até então dominados pelo capital estrangeiro, e serviços de transporte (52,5%), até então dominado pelas empresas estatais (Exame, 1986:139).

Em 1987, refletindo a retomada da participação do capital estrangeiro no universo empresarial brasileiro, as empresas nacionais de capital privado perdem o domínio do setor de máquinas e equipamentos para as estrangeiras (Exame, 1988:95).

No ano seguinte, em 1988, o capital nacional reassume o predomínio no setor de máquinas e equipamentos, posição que irá perder novamente um ano mais tarde, e de fertilizantes, que aparece pela primeira vez nas listas de Exame. Porém, perde a sua posição dominante no setor de material de transporte (Exame, 1989:47).

Em 1989, o número de setores dominados pelo capital nacional salta dos quatorze dominados por ele em 1978 para dezoito: agropecuária, alimentos, comércio atacadista, comércio varejista, comunicações, confecções, construção civil, construção pesada, distribuição de veículos, eletroeletrônica, fertilizantes, madeira e móveis, metalurgia, minerais não-metálicos, papel e celulose, serviços de transporte, supermercados e têxtil (Exame, 1990:29).

A análise do desempenho do capital nacional privado, por número de setores em que predominava, nos anos de 1982 a 1989, reforça a nossa observação anterior de que o crescimento da sua participação neste anos se deu através da ocupação de espaços perdidos tanto pelo capital estrangeiro quanto pelo capital estatal. Por razões distintas, a crise econômica brasileira daqueles anos parece ter afetado mais negativamente as estratégias das empresas estrangeiras e estatais. No primeiro caso, parece que a estratégia adotada pelas estrangeiras foi a de manter a posição conquistada até então, não

aumentando substancialmente a sua exposição ao risco que o país representava naquele momento. É importante lembrar que esses são os anos de transição política do regime militar para o regime democrático e que em 1988 o Congresso Nacional votava uma nova constituição que teve importantes impactos nas regras do jogo econômico. Neste sentido, a associação da Ford e da Volkswagen na Autolatina é ilustrativa. Quanto às estatais, a perda de capacidade de investimento do Estado e o tímido programa de privatização, que teve início durante o governo Sarney, parecem ser os fatores preponderantes.

De 1990 a 1993, a diminuição da participação das empresas nacionais de capital privado nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras não se traduz em diminuição do número de setores dominados por elas. Muito pelo contrário, a partir de 1992, o capital nacional passa a dominar os setores de material de transporte, até então dominado pelo capital estrangeiro, e siderúrgico, até então dominado pelo capital estatal. Este aparente paradoxo entre a diminuição da participação do capital privado nacional nas vendas das 500 maiores empresas e o aumento do número de setores por ele dominados parece revelar o menor dinamismo destes setores quando comparados com os setores dominados pelo capital estrangeiro.

A partir de 1995, a diminuição da participação do capital privado nacional nas vendas das 500 maiores empresas é acompanhada pela perda do predomínio dos setores de alimentos, de eletroeletrônica e máquinas e equipamentos para o capital estrangeiro, como mostra a Tabela 2. O único setor a apresentar um comportamento distinto foi o de bebidas e fumo, que passa então ao domínio do capital nacional privado.

Quanto à participação do capital estrangeiro nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras, podemos identificar basicamente três períodos distintos. No primeiro, que vai de 1973 a 1975, a participação das empresas estrangeiras é crescente, de 39% para 41,8%.

De 1976 a 1984, a participação do capital estrangeiro diminuiu de 40,8% para 27,2%. A diminuição da participação do capital estrangeiro parece estar relacionada tanto à crise mundial dos anos 70 – em especial, a perda de competitividade das empresas norte-americanas (maiores responsáveis pelo investimento das multinacionais no país) em relação às empresas alemãs e, principalmente, japonesas -, quanto à crise brasileira a partir dos anos 80.

De 1985 em diante, a participação do capital estrangeiro volta a crescer, à exceção de 1994, chegando em 1998 com um total de 43,5% de participação nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras. Este é a maior participação obtida pelo capital estrangeiro no país nos últimos 25 anos.

Quanto aos setores dominados pelo capital estrangeiro, podemos afirmar que à exceção dos setores têxtil e bebidas e fumo, as empresas estrangeiras dominaram praticamente os mesmos setores ao longo destas duas últimas décadas e meia. Isto é, dominaram praticamente ao longo de todos estes anos os setores automobilístico, autopeças, distribuição de petróleo, farmacêutico, higiene e limpeza, informática, máquinas e equipamentos e plásticos e borracha. Passaram a dominar nos últimos anos os setores de alimentos, até então dominado pelo capital nacional privado, e telecomunicações, até então dominado pelo capital estatal. Retomaram a sua posição dominante no setor de eletroeletrônica, posição que haviam perdido para o capital nacional na década de 80, como mostra a Tabela 2.

### **Conclusão**

A análise da evolução dos distintos capitais (nacional privado, estatal e estrangeiro) no tripé empresarial brasileiro, no período 1973 a 1998, revela que nas décadas de 70 e 80 não há evidências que suportem a afirmativa de que as maiores

empresas brasileiras passavam por um processo de desnacionalização. Além disso, é interessante notar que ao longo destas décadas houve pouca alteração no que tange aos setores dominados por empresas privadas nacionais, estatais e estrangeiras. No entanto, a partir da década de 90, a tendência à desnacionalização é evidente, principalmente, a partir do Plano Real. As empresas estrangeiras ocupam um espaço crescente e sem precedentes no conjunto das empresas estabelecidas no país - tanto em termos de participação nas vendas das 500 maiores empresas brasileiras quanto em termos de setores dominados por elas – e esse crescimento não é compensado pelo desempenho das empresas brasileiras de capital privado.

### **Bibliografia**

- . P. Evans, *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- . W. Baer, *A Economia Brasileira*, São Paulo: Nobel, 1996.
- . Exame Melhores e Maiores, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1986, 1988, 1989, 1990, 1991. 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.